

Governadores renegociam R\$ 60 bilhões

■ Fernando Henrique recomenda acerto isolado das dívidas de cada estado

CLÁUDIA SAFATLE

BRASÍLIA — Os governadores estão renegociando com o Ministério da Fazenda e o BNDES uma fatura de cerca de R\$ 60 bilhões de dívidas em títulos e contratuais, montante que equivale a quase o dobro de todo o saldo da dívida externa do setor público. No pacote dos acordos, há desde mudanças pontuais, como pagar o 13º salário no mês anterior ao aniversário do funcionário público, para diluir a despesa, até soluções para os bancos estaduais.

As conversas não foram interrompidas, apesar do princípio de conflagração liderada por governadores contra o governo federal. Ao contrário, os encontros com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e com o presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, têm sido rotineiros. O BNDES, que já fez pesadas antecipações de receitas em troca de ações de empresas estaduais de energia elétrica, está agora de olho nas companhias de água e esgoto. O conjunto de reivindicações sistematizado em um documento dos governadores foi considerado totalmente fora de propósito pelo governo federal, que já estabeleceu seus limites e determinações.

Caso a caso — “Esse é um programa de refinanciamento de dívidas mais amplo do que um cabo de guerra entre governadores e o governo federal”, analisou Parente. A orientação do presidente da República pela negociação isolada é clara: “O acerto é caso a caso, envolve um programa de ajuste fiscal e é indutor do processo de privatização. Também temos como premissa não mexer em dívidas já renegociadas”, sustentou Mendonça de Barros. Ambos falaram sobre o assunto ontem, ao **Jornal do Brasil**, e esclareceram que os bancos estaduais vão entrar no bolo da negociação sempre que seus problemas inviabilizarem as condições de pagamento do estado. “Não há razão para uma ação coletiva de refresco geral”, arrematou Parente.

O total da dívida dos estados é de cerca de R\$ 90 bilhões. Desses, R\$ 30 bilhões já foram objeto de refinanciamento, em 1993, que não será mudado. Por esse acordo passado, os estados estão pagando por ano, à União, cerca de R\$ 2 bilhões. A parcela restante é que está sendo rolada por um prazo de até 30 anos e juros de 6% mais a variação do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas. Apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul já absorvem 70% do estoque em discussão hoje, ou seja, cerca de R\$ 42 bilhões. Se os estados não cumprirem as metas, o primeiro castigo será perder esse juro subsidia-

do. Terão que pagar IGP-DI mais a taxa de mercado, que hoje é de 13%, além de juros de mora de 1% ao ano.

Sete governadores já assinaram protocolos de renegociação com o governo federal, que serão transformados em contrato entre as partes: os de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Pará, Sergipe e Alagoas. Outros sete estão em fase final de negociação: os de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Rondônia. Os governadores dos outros 13 estados ainda não procuraram o Ministério da Fazenda. “Se não estão precisando, ótimo, mas não venham depois forçar uma negociação porque não vai ter”, avisou Parente.

Para o secretário executivo, essa nova rodada de negociações com os estados, a sétima desde 1987, tem alguns marcos importantes que superam a mera discussão financeira. “Estamos discutindo um programa efetivo de ajuste fiscal e a nossa meta básica é definir uma trajetória em que o tesouro estadual não tenha um estoque de dívida maior que a arrecadação líquida anual”. Há estados onde esse é um problema seríssimo. O Mato Grosso do Sul, por exemplo, só vai chegar a esse padrão em 2.012, e com muito esforço de ajustamento.

O Banco Mundial, ciente da situação financeira calamitosa dos estados, sugeriu ao Ministério da Fazenda que já desse um desconto antecipado sobre o estoque da dívida. “Fomos totalmente contra, porque isso representaria conceder um benefício independente do programa de ajuste fiscal”, disse Parente.

13º salário — Segundo Mendonça de Barros, os governadores pagam o 13º salário este ano com recursos da valorização das ações das empresas de energia elétrica. O BNDES fez antecipações de receitas para os estados em troca de ações das distribuidoras de energia. No caso da Coelbra, empresa de energia da Bahia, a valorização já passou de 100%. Todas as demais aumentaram de preço. O lucro é dividido entre o banco e os estados.

O presidente do BNDES adiantou ainda que o governo federal vai exigir dos governadores que façam, com o 13º salário, o que o estado do Espírito Santo já faz: pagar no mês anterior à data de aniversário de cada servidor. O certo seria os tesouros estaduais fazerem provisão para desembolso do 13º. Como isso nunca foi feito, a idéia é diluir a despesa ao longo do ano, para não pesar no caixa de uma só vez. Essa mudança precisa ser autorizada pelas Assembléias Legislativas.